

E&N

ECONOMIA & NEGÓCIOS

‘Lições amargas’

Em livro, Gustavo Franco critica falta de reformas

Pág. B4

Paternidade valorizada

Empresas dão até seis meses de licença para pais

Pág. B8

Infraestrutura. Entre setembro passado e março deste ano, número de pedidos saltou para 1.886 empreendimentos, o dobro do total registrado nos 6 meses anteriores; desconto de 50% nas tarifas de uso do sistema de transmissão e distribuição acaba em março de 2022

Fim de subsídios provoca corrida por novas licenças para energia eólica e solar



Renée Pereira

O fim dos subsídios para a energia eólica e solar, previsto para março de 2022, tem provocado uma corrida para aprovar novos projetos dentro do prazo e manter os descontos. Dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) mostram que o número de pedidos de outorga após a publicação da Medida Provisória 998, em setembro do ano passado, mais que dobrou em relação ao período anterior.

Entre janeiro e agosto de 2020, antes da MP, foram feitos pedidos para 931 projetos, equivalentes a 41 mil megawatts (MW). A partir de setembro até março deste ano, o número saltou para 1.886 empreendimentos, com capacidade para 85 mil MW. Segundo a Aneel, esse volume de energia é praticamente a mesma potência dos pedidos emitidos entre os anos de 2015 e 2019, de 90 mil MW. No caso das eólicas, o número de projetos aumentou 184% e o de solares, 76%, com capacidade de 27 mil MW e 57 mil MW, respectivamente.

Os subsídios que vão acabar no ano que vem foram criados em 2006 para impulsionar e incentivar o desenvolvimento das fontes renováveis. Trata-se de um desconto de 50% nas tarifas de uso do sistema de transmissão (Tust) e de distribuição (Tusd), bancado pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e repassado para todos os brasileiros. A partir de março de 2022, os novos projetos autorizados não terão mais esse desconto, conforme a MP transformada na Lei 14.120 neste ano.

“Não acredito que a mudança vá desestimular novos investimentos. O que vai ocorrer é que a régua estará em outro patamar”, diz a presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Elbia Gannoum. Além disso, diz ela, desde 2013 os leilões são feitos por fonte de energia. “Em tese, esse modelo de contratação já elimina a necessidade de subsídio.”

Nos últimos dez anos, a energia eólica teve um crescimento



Sustentabilidade. Parque eólico na praia de Tourinhos, em São Miguel do Gostoso, no Rio Grande do Norte: modelos híbridos devem ganhar mais espaço

exponencial no Brasil. Saiu de 1.524 megawatt (MW) para 18.620 MW neste ano. O avanço é resultado de investimentos bilionários em novos parques eólicos espalhados pelo País, sobretudo no Nordeste. Entre 2011 e 2020, foram injetados no setor US\$ 35,8 bilhões (R\$ 189 bilhões pelo dólar de ontem). E o número não deve parar por aí. Sem considerar os pedidos de outorga na Aneel, há cerca de R\$ 24 bilhões em projetos eólicos em construção e outros R\$ 48,5 bilhões já contratados. Ou seja, são pelo menos R\$ 72 bilhões de investimentos nos próximos anos. “A eólica teve um forte crescimento nos últimos dez anos, mas a expansão nos próximos dez anos será ainda mais expressiva”, diz Elbia, destacando que hoje a fonte já representa 10,6% da matriz elétrica brasileira.

No caso da energia solar (1,8% da matriz), as previsões vão no mesmo caminho. A potência instalada – que inclui

● Competição
“Não acredito que a mudança vá desestimular novos investimentos. O que vai ocorrer é que a régua estará em outro patamar”
Elbia Gannoum
PRESIDENTE DA ABEEOÓLICA

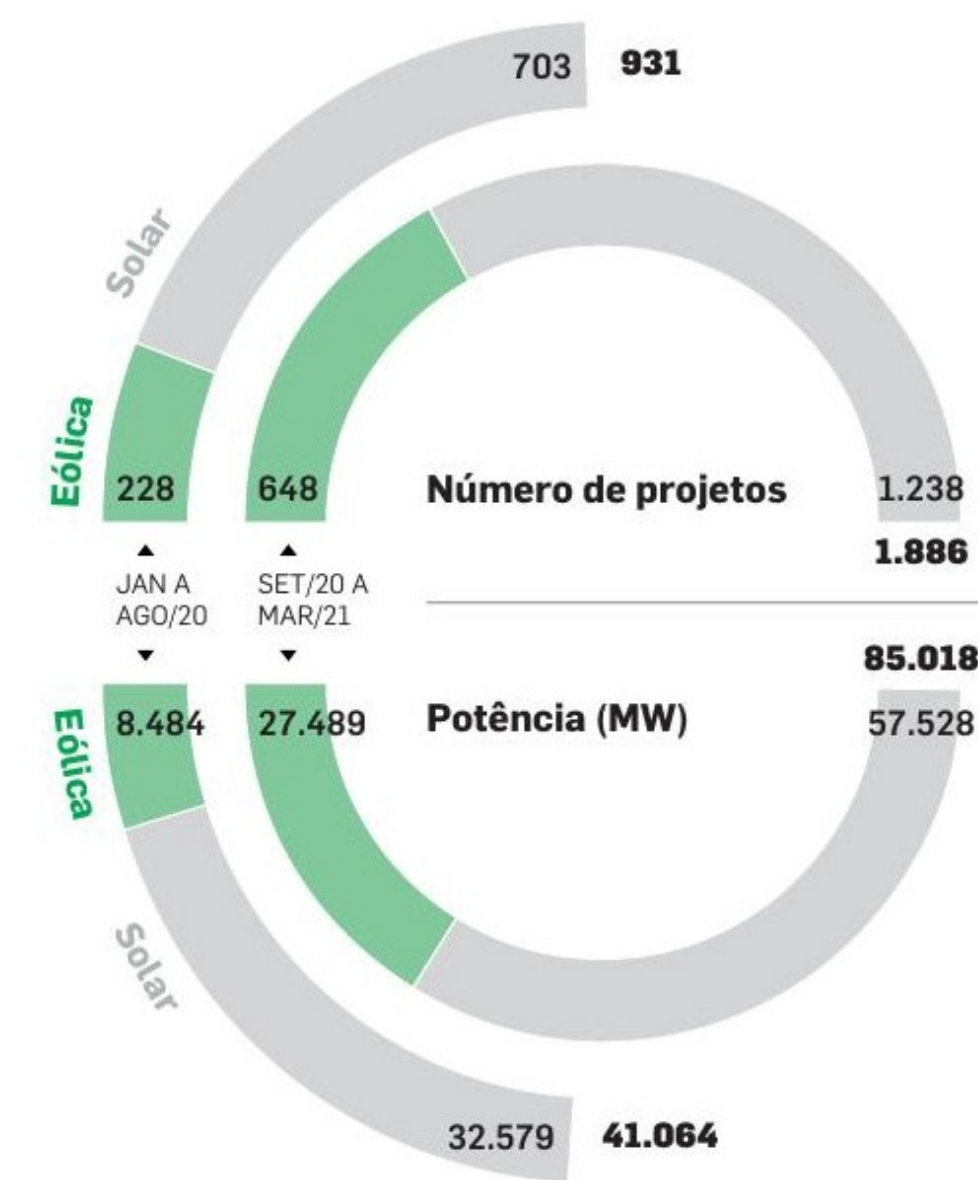
grandes usinas e a microgeração – subiu de 93 MW, em 2016, para 8.813 MW em abril deste ano, resultado de R\$ 46 bilhões de investimentos. Só para este ano, a previsão da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar) é que o setor receba cerca de R\$ 22 bilhões de novos investimentos.

Sobre o fim dos subsídios, o presidente da associação, Rodrigo Sauaia, afirma que ainda não é possível saber se o apetite dos investidores continuará no mesmo nível de agora. “Isso porque dependerá de regulamentação daí e de alguns benefícios criados para as fontes renováveis”, diz ele, referindo-se aos ganhos ambientais. Ele destaca ainda que o setor aguarda votação de um projeto de lei que vai definir sobre cobranças na geração de quem tem painéis solares em casa, indústrias ou residências. “Dependendo do que for definido, nesse caso pode, sim, comprometer os investimentos.”

O professor da UFRJ Nivalde de Castro, coordenador geral do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), discorda. Para ele, não faz o menor sentido manter esse subsídio cruzado. “Se quem coloca o painel em casa não paga pelo uso da rede, os demais consumidores terão de pagar por ele.” Para Castro, as fontes eólicas e solares continuarão atraindo investidores, já que são as fontes mais compe-

CORRIDA

● Número de pedidos para obter outorga de projetos de energia eólica e solar dobra com fim dos subsídios previstos para 2022



FONTE: ANEEL

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

titivas do mercado.

Hoje, a eólica e a solar estão entre as fontes mais baratas do País. No primeiro leilão realizado em 2009, o MWh da eólica

custava R\$ 278,9. Com o passar dos anos, o amadurecimento da indústria no País e novas tecnologias, o preço despencou para R\$ 107,1 o MWh, valor do últi-

mo leilão realizado em 2019. No caso da solar, saiu de US\$ 103 o MWh (R\$ 575 pelo dólar de ontem) para US\$ 20,33 (R\$ 107).

Mas há outro fator ainda mais importante para a expectativa de crescimento dessas fontes de energia no País: a escalada da importância do ESG (sigla em inglês para ações nas áreas ambiental, social e de governança). “Há uma forte tendência para contratar energia verde e isso estimula contratos bilaterais”, afirma o professor de coordenador geral do Gesel. O movimento tem atraído até grupos da área de óleo e gás.

Modelo híbrido. Para especialistas, a tendência é que a expansão das eólicas ocorra por meio de novos modelos. A sócia da KPMG Cristiane Azevedo conta que, atualmente, os investidores têm se interessado por modelos híbridos que envolvem a energia eólica e solar num mesmo espaço. “Esse tipo de projeto dá uma eficiência maior, já que produz tanto durante o dia como à noite.”

A presidente da Abeeólica confirma a tendência e diz que a Aneel colocou em consulta pública nova regulamentação para esse tipo de projeto. Hoje, explica ela, cada fonte exige uma rede de transmissão específica. Com a regulamentação, poderia usar a mesma, promovendo ganhos de escala e escopo.

Especialistas veem risco de alta de custos com MP da Eletrobrás

Texto-base foi aprovado na Câmara e agora precisa ser votado no Senado até 22 de junho para não perder valor

♦ **Willian Miron** / SÃO PAULO
♦ **Anne Warth** / BRASÍLIA

Especialistas do setor elétrico criticaram o texto-base aprovado na noite de quarta-feira pela Câmara dos Deputados que autoriza o governo a privatizar a Eletrobrás. A avaliação é que o relatório apresentado pelo relator da matéria na Casa, deputado Elmar Nascimento (DEM-

BA), interfere em questões de planejamento da área, ao definir sua expansão por meio de usinas térmicas e de hidrelétricas de pequeno porte (PCHs).

Editada em 23 de fevereiro, a medida provisória prevê a diluição da atual participação do governo no capital da estatal, dos atuais 60% para 45%, por meio da oferta de novas ações no mer-

● Fatia 45%
deverá ser o valor da nova participação do governo no capital da Eletrobrás

cado. A MP foi aprovada na Câmara por 313 votos a favor e 166 contra. O texto segue agora para o Senado, onde tem de ser votado até 22 de junho, quando perde a validade. “Acho um absurdo completo, porque o relator se meteu em questões de planejamento do setor elétrico”, disse o diretor do Instituto Ilumina, Roberto D’Araújo.

Para ele, as medidas previstas no relatório devem elevar os custos do setor, que serão refletidos nas tarifas de energia, e não o contrário como o governo tem defendido. “Baixar tarifa deveria ser atacando os custos de geração, e não da forma como estão propondo, que é pe-



Votação. Deputados em sessão que aprovou o texto da MP

gar o dinheiro da Eletrobrás e colocar para cobrir a tarifa alta”, disse ele, ao explicar que, após o fim do dinheiro, os custos de geração continuarão pressionando os custos para o consumidor final.

O presidente da consultoria PSR e ex-presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Luiz Barroso, tem opinião semelhante. Na avaliação dele, a contratação de térmicas é “muito ruim” porque atribui ao

Legislativo a atividade de planejamento do setor elétrico, ignorando as atividades já realizadas pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

“Leva para o universo político uma discussão que é técnica. A definição de compra compulsória de tecnologias pode resultar em ineficiências e pressionar ainda mais uma tarifa já pressionada”, afirmou.

O ex-presidente da EPE Maurício Tolmasquim também acredita que, da forma como a MP foi aprovada, traz novos custos para o setor, alguns dos quais terão de ser financiados pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), para arcar com o valor mais caro da energia vendida pelas PCHs. “Tem uma série de novos custos e imposições que foram colocadas sobre o consumidor de energia, que terá impacto grande sobre a tarifa”, afirmou ele.